

POR UM ESTADO DO RIO DE JANEIRO MODERNO: *POTENCIALIDADES, ALTERNATIVAS OU VOCAÇÕES* NOS ESPAÇOS RURAIS FLUMINENSES?

Augusto César Pinheiro da Silva¹

Apresentação

Para ampliar as abordagens dos espaços rurais na academia brasileira, este texto busca contribuir para o entendimento, pelos estudiosos da Geografia, das atuais estratégias de gestão implementadas na modernização do território fluminense. No Rio de Janeiro o Estado (em suas mais diversas clivagens políticas e técnicas), as empresas e autarquias (submetidas, cada vez mais, a dinâmicas voltadas para a lógica do complexo agroindustrial) e os produtores rurais (novamente cheios de esperanças e perspectivas frente às mudanças propostas e implementadas) estão, atualmente, travando uma fase de relações que envolvem toda uma gama de rebatimentos sócio-espaciais transformadores da paisagem rural do estado e que definem um novo ideário de consolidação e modernização do espaço fluminense.

A população do Rio de Janeiro, nesta fase decisiva de consolidação da estrutura político-administrativa que representa, precisa de mais certezas em torno dos projetos de modernização que assolam mais intensamente o seu território há uma década e, assim sendo, os estudos espaciais sobre este estado da Federação precisam engajar, mais ativamente, outros ramos da Ciência e a sociedade civil organizada para que sejam trilhados caminhos possíveis para a consolidação de um espaço rural moderno e autônomo.

Para tanto, as formas de planejamento dos espaços rurais do estado deveriam ser pautadas numa nova postura de percepção das verdadeiras potencialidades produtivas dominantes no Rio de Janeiro, estado da Federação que vem sendo afetado, dentre outras circunstâncias, por projetos que buscam, através de alternativas pouco sustentáveis, criar um ambiente sócio-espacial “moderno”. E essa luta precisa ser travada com disciplina, já que a manutenção da marginalização do Rural fluminense não pode mais ser mantida sob risco da fragmentação político-administrativa do território e conseqüente recuo, mesmo com os fortes discursos opositores, dos avanços obtidos, desde a década de 70, com a articulação dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Email: ac.pinheiro@uol.com.br

Para tanto, este desejo de manutenção da organização territorial existente há três décadas e de estruturação de projetos modernizadores sustentáveis só poderá ser concretizado se a gestão pública dos programas de desenvolvimento tecnológico-produtivos em andamento no Rio de Janeiro estiver centrada não apenas nas lógicas urbano-industriais que ganharam força no estado, na década de 90, mas e também, principalmente, em projetos que considerem as férteis perspectivas sócio-ambientais locais, nas regiões do estado do Rio de Janeiro. Finalmente, valorizar esses potenciais produtivos regionais significa dignificar as tradições dos grupos que trabalham, há muito, no espaço fluminense, cabendo à sociedade fluminense o papel de pressão sobre a insensibilidade do Estado em redefinir estratégias de modernização e, assim sendo, ser realmente original, representativo e eficiente das demandas sociais que se apresentam e definem as necessidades cotidianas do espaço fluminense.

Projetos de Modernização do Rural Fluminense: a Técnica a Serviço do “Desenvolvimento”.

Para melhorar e clarificar a discussão em torno dos projetos modernizadores de gestão que atingem o espaço rural do Rio de Janeiro atualmente, buscou-se selecionar, a partir dos dados obtidos por diversos estudos técnicos sobre o Rural no estado, uma região que pudesse representar os anseios históricos da população estadual de consolidação do “moderno” no campo fluminense. A partir de dados e diagnoses obtidos por estudos técnicos e científicos de diversas agências fomentadoras que atuam no Rio de Janeiro (FIRJAN, FGV, SEBRAE...), objetiva-se entender os projetos de reestruturação produtiva em andamento no Noroeste fluminense, e como a gestão implementada por agentes econômicos (empresas agroindustriais), políticos (o governo estadual do Rio de Janeiro) e técnicos (a EMATER-Rio), nessa fatia estagnada do território estadual, vem sendo encaminhada.

A reestruturação da identidade regional do Noroeste do Rio de Janeiro (tradicional região leiteira) está hoje em pleno andamento, e a Geografia não pode se furtar a desvendar esse processo, apoiando-se nos seus multidisciplinares objetos e metodologias de análise para participar ativamente das decisões institucionais e se consolidar como a interface entre os canais privados, institucionais e técnico-científicos que definem a gestão territorial.

Entende-se que para a realização da gestão territorial, o aparato técnico-informacional das instituições que coletam informações (econômicas, sociais, ambientais...), é um fator primordial. Essas informações revertidas em dados possibilitam o desenvolvimento de diagnoses que refletem os objetivos e a ideologia do agente empreendedor da gestão, que,

por sua vez, implementará práticas específicas para consolidar a sua dominância no território. Essas diagnoses também serão matéria-prima imprescindível para políticas públicas que reestruturam produtiva e infra-estruturalmente uma gama significativa de espaços, sob diversos vieses.

Uma das diagnoses recentemente levantadas sob o título Potencialidades Econômicas e Competitividade no Estado do Rio de Janeiro é um dos instrumentos vitais deste trabalho. ‘Vertebrado’ e desenvolvido na gestão Marcelo Alencar (1994/1998), o diagnóstico econômico do estado foi financiado pela *Fundação Getúlio Vargas* (FGV-RJ) e idealizado pela *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro* (FIRJAN), pelo *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro- e Pequenas Empresas no Rio de Janeiro* (SEBRAE-RJ), *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial* (SENAI-RJ) e *Serviço Social de Indústria* (SESI-RJ), e vem servindo de apoio para a organização de outros estudos mais específicos, para a implementação de políticas de desenvolvimento¹ em todas as regiões fluminenses, com vultosos investimentos governamentais e privados.

No seu *Sumário Executivo*, o documento informa que buscou ‘mapear, para cada uma das regiões² do estado do Rio de Janeiro (divisão considerada pela FIRJAN), um conjunto de atividades com potencial para serem desenvolvidas, além de discutir fatores condicionantes da competitividade das mesmas’ (p.9). As chamadas “atividades potenciais” buscam estimular, localmente, projetos de revitalização sócio-econômica, como forma de responder às novas demandas exigidas para o estado do Rio de Janeiro, desde a inserção do Brasil, no final da década de 80, na chamada ordem competitiva internacional.

A partir da força do diagnóstico supracitado, o Noroeste fluminense vem atraindo agentes potenciais de gestão territorial. Ao criarem novas territorialidades, eles deixam significativas marcas na região devido aos fortes impactos econômicos, infra-estruturais, sociais e políticos que refletem os seus projetos e estratégias, e às respostas obtidas localmente por agentes articulados na sociedade civil e no poder público locais. O resultado dos acordos, das tensões, cooptações e parcerias naquele *segmento espacial em reestruturação* serão visualizados através das novas relações estabelecidas regionalmente (como as articulações do mercado regional com mercados mais abrangentes, a ampliação

¹ A discussão do conceito de *desenvolvimento* não será ampliada neste trabalho, ficando claro que aqui será tratado na perspectiva corrente, ou seja, de que é somente pelo crescimento econômico e pela modernização tecnológica que se dará o desenvolvimento de dado território. Estudo mais amplo sobre a temática pode ser observado, na Geografia, nos trabalhos do Prof. Marcelo José Lopes de Souza, que vem lutando, arduamente, para um repensar teórico sobre o conceito de “desenvolvimento sócio-espacial”.

² No estudo em questão, foram consideradas as seguintes regiões: *Baixada Fluminense* (área I), *Baixada Fluminense* (área II), *Centro-Norte*, *Leste*, *Noroeste*, *Norte*, *Serrana* e *Sul* (Sumário Executivo, 1998).

de diversos problemas ambientais já existentes e o rearranjo político estabelecido no próprio processo de gestão do território). Um somatório de mudanças deverá fazer com que o Noroeste fluminense redesenhe a sua estrutura e o seu papel no conjunto fluminense, e passe a ter um novo papel na divisão territorial do trabalho, compondo outras articulações que devem ser estudadas e compreendidas por geógrafos e demais cientistas sociais, para o entendimento das dinâmicas que criam e estabelecem novas realidades espaciais. Toda essa preocupação institucional faz com que se pergunte: é possível um espaço rural moderno no estado do Rio de Janeiro?

O Noroeste Fluminense: a Tradição da “Crise” de uma Histórica Região-Problema versus as Perspectivas e Estratégias para a Modernização do seu Espaço Rural.

Tradicionalmente agrícola, o Noroeste fluminense é hoje o resultado dos processos histórico-sociais engendrados pelas interações cidade/estado do Rio de Janeiro e das conseqüentes desigualdades espaciais proporcionadas por suas peculiares relações. Último reduto do café em terras fluminenses — atividade reativada hoje em alguns municípios da região, como em Varre-Sai (Broggio, Droulers e Grandjean, 1999) — a região Noroeste caracterizou-se, desde os anos 40, pela substituição gradual da cafeicultura pela pecuária leiteira, atividade esta que se mostrava possível frente à falta de mão-de-obra para o trabalho agrícola decorrente da débâcle cafeeiro. Decadência econômica e migração populacional caracterizaram o Noroeste desde então, sendo o êxodo rural fator fundamental para o empobrecimento progressivo dos seus núcleos urbanos de pequeno e médio porte (Nacif e Jesus, 1992).

Como reflexo da modernização do Brasil no pós-2ª Guerra, o Noroeste fluminense beneficiou-se dos capitais agroindustriais lá implementados, ainda que em escala modesta comparada a de outras regiões do país, em atendimento à demanda de um mercado urbano fortalecido tanto no Brasil quanto no exterior. Em 1961, o setor leiteiro da região foi impactado com a parceria estabelecida entre a agroindústria de leite local (a Leite Glória) e o capital de origem transnacional da empresa americana *Fleischmann & Royal*, o que redefiniu um novo papel para a região na divisão territorial do trabalho. Esta articulação de capitais impulsionou a propaganda e o marketing em torno da marca ‘Glória’, ao mesmo em que projetou o Noroeste além dos seus limites político-administrativos ao se cunhar, no imaginário da população fluminense, a identificação emblemática: ‘Noroeste fluminense: tradicional região leiteira’. Na verdade, essa pretensa ‘tradição’ na atividade ‘escondia’ a falta de alternativas para o seu crescimento econômico, ao mesmo tempo em que possibilitava a ampliação dos poderes políticos, organizacionais e financeiros de importantes agentes locais e não-locais de gestão do território (Silva, 1996).

Durante cerca de 30 anos, a empresa *Fleischmann & Royal* dominou, praticamente sozinha, as estruturas produtivas/administrativas/gerenciais da pecuária de leite na região, o que acabou por atrelar essa atividade, quase que obrigatoriamente, ao nome da corporação norte-americana.

Com a abertura da economia latino-americana desde a Rodada Uruguai do GATT³ em 1989, houve significativos reflexos na estrutura agrícola nacional. A ‘tradicional’ pecuária da região, por exemplo, entrou em decadência, já nos primeiros anos da década de 90, devido à inconsistência estrutural da atividade leiteira como um todo no Brasil (produção, coleta, estocagem, beneficiamento, transporte, comercialização, gestão..) para a competição global estabelecida, a partir da abertura alfandegária do período (Coutinho e Ferraz, 1994). Francamente desfavorável aos produtores regionais, essa abertura alfandegária deixou clara a incapacidade deles ‘competirem de forma moderna’, já que sofriam, desde a década de 60, as conseqüências das práticas de gestão predatória implementadas pela agroindústria Leite Glória (Silva, 1996), o que desgastou, localmente, os potenciais infra-estruturais, ambientais, humanos e políticos, resultando no aumento da estagnação econômica e social da região.

Sob um contexto cada vez mais voltado para o ‘mercado global’, a estrutura exportadora da agricultura brasileira foi reforçada. Porém, mais do que manter o mesmo padrão histórico de exportação de commodities para o chamado ‘mundo central’ (traço colonial reforçado, no setor agrícola nacional, com a concretização do Complexo Agroindustrial — CAI — no Brasil, nos anos 70 e 80), uma nova agenda de interesses regionais foi definida, com a consolidação do Mercosul, bloco regional que passou a ter que ser considerado nos projetos de modernização do país.

Assim sendo, com o estabelecimento de um mercado supranacional, a partir da aplicação do Tratado de Assunção, em 1994, o setor leiteiro brasileiro passou a sofrer uma competição direta dos tradicionais pecuaristas uruguaios e argentinos, tornando-se claras as deficiências desse setor no país. Com a produção de leite e derivados em queda agroindústrias, cooperativas e a maioria dos produtores regionais passaram a perder mercado agravando a estagnação das economias agrícola e agroindustrial, no Norte/Noroeste do Rio de Janeiro. Sob tais circunstâncias, a busca de alternativas claras para a redinamização desse e de outros espaços regionais fluminenses para a competição

³ Cabe salientar que o Grupo de Cairns — grupo formado por importantes países exportadores de produtos agrícolas (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Ilhas Fiji, Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Hungria) e que têm em comum o baixo subsídio à agricultura e às exportações no setor primário — teve participação decisiva na definição dos acordos que ajustaram as suas políticas agrícolas domésticas a um conjunto de regras reguladoras das políticas internas e do comércio dos produtos desse setor produtivo em diversas escalas, o que vem afetando, significativamente, a pecuária leiteira do país (Iglesias, 1991).

em diversas escalas se tornou um repensar das regiões sob a perspectiva da ‘gestão estratégica do território’ (Müller, 1990), a partir de sua reestruturação produtiva.

Soja (1990), questionando algumas abordagens acerca do conceito de reestruturação, entende-o como a reavaliação, a partir de uma crise, do *stablishment* social, econômico e político. Um repensar dos caminhos possíveis para ‘sair da crise’ gera ‘um desmonte para um remontar’ de estruturas, muitas vezes espaciais, podendo trazer novas configurações territoriais baseadas em fluxos de direção e intensidade diversificadas.

No âmbito geográfico, ao se pensar na reestruturação espacial, deve-se reportar aos processos de gestão que o atingem. No plano da orquestração do uso do território, essa reestruturação afetará as paisagens e funções existentes com a implementação de outras infra-estruturas (adequadas aos novos rumos tomados), que suprirão novas atividades e definirão configurações espaciais relacionadas ao desmontar / remontar / refuncionalizar planejados pelos agentes territoriais. Porém, nem sempre essas reconfigurações adequar-se-ão às perspectivas e desejos dos grupamentos que vivem nesses territórios, o que pode gerar novas crises, em maior ou menor grau, de acordo com a mobilidade política dos grupamentos do lugar. Segundo Soja (1990),

“a reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são pré-determinados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material”(p.194).

Hoje, a sociedade fluminense encontra-se diante de uma nova estratégia de reestruturação territorial, a partir da articulação político-econômica de importantes agentes de gestão envolvidos com diversos projetos para o desenvolvimento regional do Rio de Janeiro. Perante uma pretensa ‘nova ordem mundial’, esses projetos de dinamização estão voltados a buscar a máxima produtividade nas atividades econômicas, substituindo outras pouco expressivas e potencialmente incapazes de tornar os espaços produtivos regionais competitivos, em diversas escalas.

A partir dos dados obtidos pela diagnose, que identificou um perfil agrícola⁴ para a maioria das regiões do território fluminense (100% dos municípios do Noroeste foram

⁴ Longe de causar espanto aos pesquisadores do espaço fluminense, a conclusão de que o ‘interior’ do Rio de Janeiro possui um ‘perfil agrícola’ reflete, na verdade, as peculiares condições do estado no

considerados de vocação agro-alimentar), a **fruticultura irrigada** passou a ser considerada uma das atividades mais importantes para a reversão do quadro de estagnação do espaço rural de algumas regiões fluminenses. Assim sendo, a produção de frutas passou a se beneficiar no estado, nos últimos cinco anos, com a adoção de medidas subsidiadoras de diferentes esferas do poder público, em detrimento das estruturas sócio-produtivas e infra-estruturais em decadência/estagnação, como a pecuária leiteira do Noroeste.

Dentre as recentes linhas abertas de subsídios para a produção de frutas, destaca-se o Programa de Fruticultura para a Região Norte-Noroeste Fluminense, iniciado em 1999 pelo governo federal e revitalizado no atual governo Lula como PRODEFRUTA. Este programa financia, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), linhas de crédito para o estimular o pretensão potencial fruticultor do estado, mas que na verdade vem sendo encarado, institucionalmente, como uma “vocação regional”. A partir dos recursos liberados pela esfera federal nos últimos cinco anos, os governos fluminenses estão implementando um conjunto de outros incentivos que visam estimular a fruticultura irrigada no Norte e Noroeste do estado.

As ações do governo estadual procuram promover a expansão do plantio, o beneficiamento e a industrialização de frutas tropicais para o abastecimento do mercado interno, mas, principalmente, para a exportação. O chamado Programa Moeda Verde - Frutificar (que atende também, mas em menor intensidade, aos produtores leiteiros e de grãos de subsistência, aos olericultores, cafeicultores, pescadores e piscicultores) foi a ‘menina dos olhos’ do ex-governador Anthony Garotinho (1999-2002) e se mantém cada vez mais robusto com a manutenção de Garotinho na atual estrutura político-administrativa do governo do estado via a atual governadora, Rosângela Matheus (2003-2006), sua esposa. Desde que foi lançado, o programa é considerado, pela esfera executiva do governo estadual fluminense como “*a maior oportunidade de modernização e transformação produtiva e social dos espaços regionais do Norte e Noroeste fluminense*” (FIRJAN, 1999).

Na verdade, segundo avaliam os governadores citados, a chamada ‘febre da fruta’ seria apenas o ‘pontapé inicial’ de um projeto bem mais ambicioso: o de ‘erradicação total da pobreza e do desemprego daquelas regiões’. A maximização das metas sociais a serem atingidas com o FRUTIFICAR dependeria, porém, da capacidade do programa em atrair agentes privados — empresas agroindustriais, e grandes e médios produtores agrícolas — para a constituição de um Pólo Agroindustrial associado à Fruticultura Irrigada no Noroeste fluminense, o que ampliaria a oferta de trabalho e geração de renda, naquele espaço. Essa

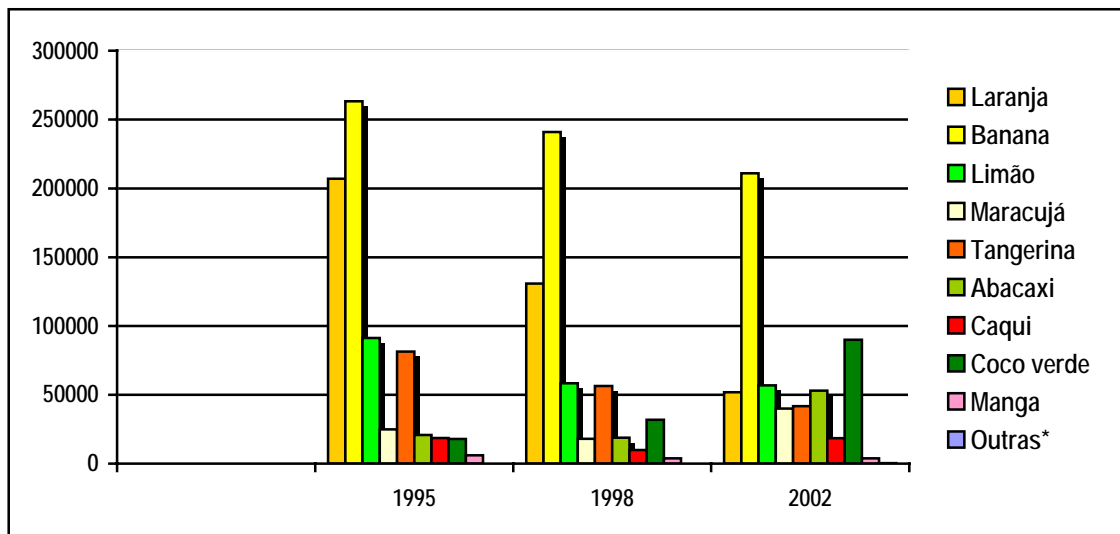
processo urbano-industrial brasileiro, estudos que autores como Galvão (1986, 1988, 1989), Considera e Melo (1986), Garcia (1998), Rua (2002, 2003) entre outros, vêm trabalhando ao longo das últimas décadas.

atração estaria vinculada às vantagens fiscais e tributárias do programa que atingiriam os investidores do Pólo, da seguinte maneira:

- a) *Abertura ágil e a custos compatíveis de linhas de crédito com recursos do Tesouro Estadual, para o investimento e custeio dos pomares;*
- b) *Aquisição de equipamentos para irrigação e capacitação tecnológica para a modernização das atividades já instaladas;*
- c) *Financiamento de empresas integradoras (já instaladas ou com projetos viáveis de instalação), que garantiriam a comercialização da produção nos mercados interno e externo, através de sistema inédito de integração (SEAAPI-Rio, 2004).*

À liberação dessas facilidades somar-se-iam os pobres, mas amplamente divulgados, indicadores de diversificação e aumento da atividade fruticultora no estado, apresentados na última década (**Gráfico 1**), e a sua importância (relativa) na geração de capital no setor agropecuário, no mesmo período (**Gráfico 2**). Estes dados atrairiam, segundo o governo estadual, variados investidores ao ‘Rio de Janeiro rural’.

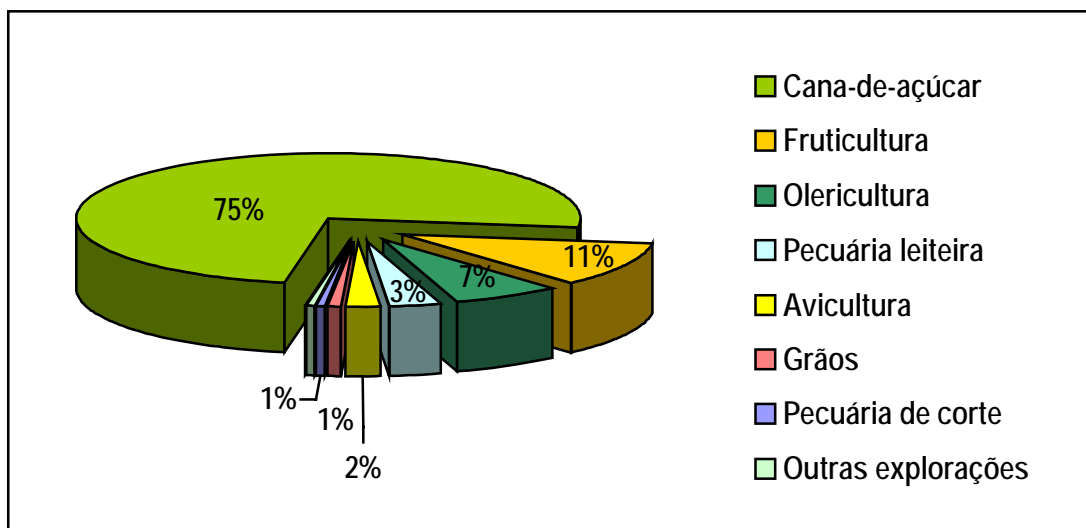
GRÁFICO 1: Evolução, em toneladas, da fruticultura no estado do Rio de Janeiro, entre 1995 e 2002 (Emater-Rio, 2003).



**Em relação à categoria ‘Outras’, cabe destacar as produções de goiaba, pinha, figo, acerola, pêra, ameixa, pêssigo, nectarina, além de framboesa e amora em menor escala.*

GRÁFICO 2

Porcentagem sobre o valor total (R\$ 11,7 milhões) das atividades agropecuárias mais expressivas do estado do Rio de Janeiro, em 1995.



F

onte: **EMATER-Rio, 1998.**

O esforço institucional, desde meados da década passada, para criar um clima de otimismo em relação à fruticultura irrigada no Rio de Janeiro esbarra nos próprios dados apresentados pelo governo estadual fluminense. A pretensa diversificação na produção de frutas no estado, não pode ser comprovada através do gráfico 1, que indica primeiramente que, ao longo de quase uma década, houve uma queda real da citricultura (laranja, limão, tangerina...) em todo o estado e, ao mesmo tempo, um crescimento ínfimo na variação das frutas produzidas (de desprezível e não-mensurável em 1995 e 1998, para 388 toneladas em 2002). Das produções tradicionais, a bananicultura, continua se destacar no volume da produção fruticultora fluminense, apesar de um aumento, ainda incipiente, na produção de maracujá, abacaxi e coco nos pomares fluminenses, no período.

No gráfico 2, percebe-se que o Rio de Janeiro mantinha um perfil agrícola em que $\frac{3}{4}$ do valor das atividades agropecuárias eram obtidos através da produção de cana-de-açúcar, sendo a participação da fruticultura, há cerca de uma década, de somente 11% do total dos quase 12 milhões de reais obtidos. Verifica-se, portanto, que a fruticultura do estado do Rio de Janeiro é ainda muito fraca e pouco representativa, e que o discurso oficial deveria ser repensado e reavaliado no que tange a definição de “vocações” produtivas para as regiões estaduais.

Além do mais, pensando-se no Noroeste fluminense, há uma forte tradição regional na produção frutícola de mesa (goiaba, manga, mamão..), atividade que se diferencia fortemente da fruticultura industrial buscada pelo projeto de reestruturação. Se o discurso oficial é o de estimular as ‘vocações regionais’, por que então a produção de mesa não vem sendo valorizada? Como a mudança da atividade de mesa para a industrial se enquadra do ponto de vista operacional, devido às condições naturais da área, à infra-estrutura consolidada e aos produtores lá existentes? Essas questões serão respondidas a seguir,

quando será visualizada a real demanda de gestão orquestrada por importantes agentes de consolidação do Moderno no Rural do Rio de Janeiro.

“Alternativas” para o Desenvolvimento, “Potencialidades” Produtivas e “Vocações” Regionais: O Significado dos Discursos Oficiais e as suas Contradições para a Modernização do Rural Fluminense.

A perspectiva modernizante que afeta o espaço territorial fluminense desde a última década, vem trazendo significativas questões para a análise das Ciências Sociais. O discurso do Desenvolvimento do Rural no estado do Rio de Janeiro, a partir de todo aparato técnico que vem sendo implementado nos dias atuais, precisa ser observado para que as falhas na concepção desses projetos possam ser identificadas e debatidas pela sociedade fluminense, ao mesmo tempo em que esta, participante das decisões em torno sobre seu futuro, exija, politicamente, a correção dos caminhos já trilhados.

Nesse sentido é importante retomar os levantamentos técnicos nos quais este trabalho se baseia para que algumas questões vitais, de ordem epistemológica, sejam repensadas e futuros trabalhos não sejam prejudicados em suas conclusões por contradições, mesmo que semânticas, das palavras e conceitos utilizados para justificar a ação espacial de agentes diversos.

Os conceitos e as concepções utilizados pelos estudos técnicos sobre o território fluminense para justificar ou definir padrões classificatórios para as regiões definidas no espaço estadual precisam ser repensados para uma melhor compreensão dos projetos em andamento. Reportando-se aos trabalhos focados em capítulos anteriores (os estudos de Potencialidades Econômicas e Competitividade da FGV e os de Viabilidade de um Pólo de Fruticultura na Região Norte-Noroeste Fluminense e Pólo Agroindustrial Associado à Fruticultura Irrigada na Região Noroeste Fluminense da FIRJAN), foi observada uma utilização confusa e preocupante dos conceitos/concepções/vocábulos **alternativa**, **potencialidade** e **vocação** para o Desenvolvimento da Modernidade no estado do Rio de Janeiro.

Segundo o dicionário Aurélio, a palavra **alternativa** é a “*sucessão de duas coisas reciprocamente exclusivas*”; no dicionário Michaelis, este substantivo feminino significa a “*obrigação ou faculdade de escolher entre duas coisas, que se imponham pela lógica ou pelas circunstâncias*”. Nas duas definições, esta palavra traduz, com clareza, sob qual faceta o Rural fluminense é contextualizado. Como observado anteriormente, após a crise cafeeira no Rio de Janeiro, a incapacidade de composição de setores agrícolas do estado de uma nova agenda de produção que substituísse o café fez com que os produtores rurais optassem pela pecuária de leite como uma *alternativa* ao esvaziamento demográfico

do interior do estado. Durante os 60 anos pós-crise da cafeicultura no Rio de Janeiro, o interior fluminense manteve como atividade agropastoril mais rentável a produção leiteira, alternativa definida pelas circunstâncias de uma época em que “a Modernidade e o Desenvolvimento” estavam distantes das agendas de discussão política e intelectual do país, e que a decadência da estrutura produtiva e social daquele espaço Rural se fazia mais perceptiva. Neste sentido, o leite sucedeu obrigatoriamente o café no Rio de Janeiro como lógica de estancamento da sangria que o estado sofria com a crise do setor agrícola nacional, desde os anos 30, sendo que esta atividade, abraçada pela lógica do tradicionalismo, se estagnou como atividade possível. Deve-se ter cuidado – principalmente nos discursos políticos realmente interessados em dar novas direções às realidades sócio-produtivas dos lugares - ao se utilizar o vocábulo *alternativa*, pois este está associado à falta de outras perspectivas de produção senão aquelas que devem ser “atividades-tampão”, o que vem remediando o Rural do estado do Rio de Janeiro, ao longo do século XX, levando às circunstâncias de estagnação ainda hoje observadas.

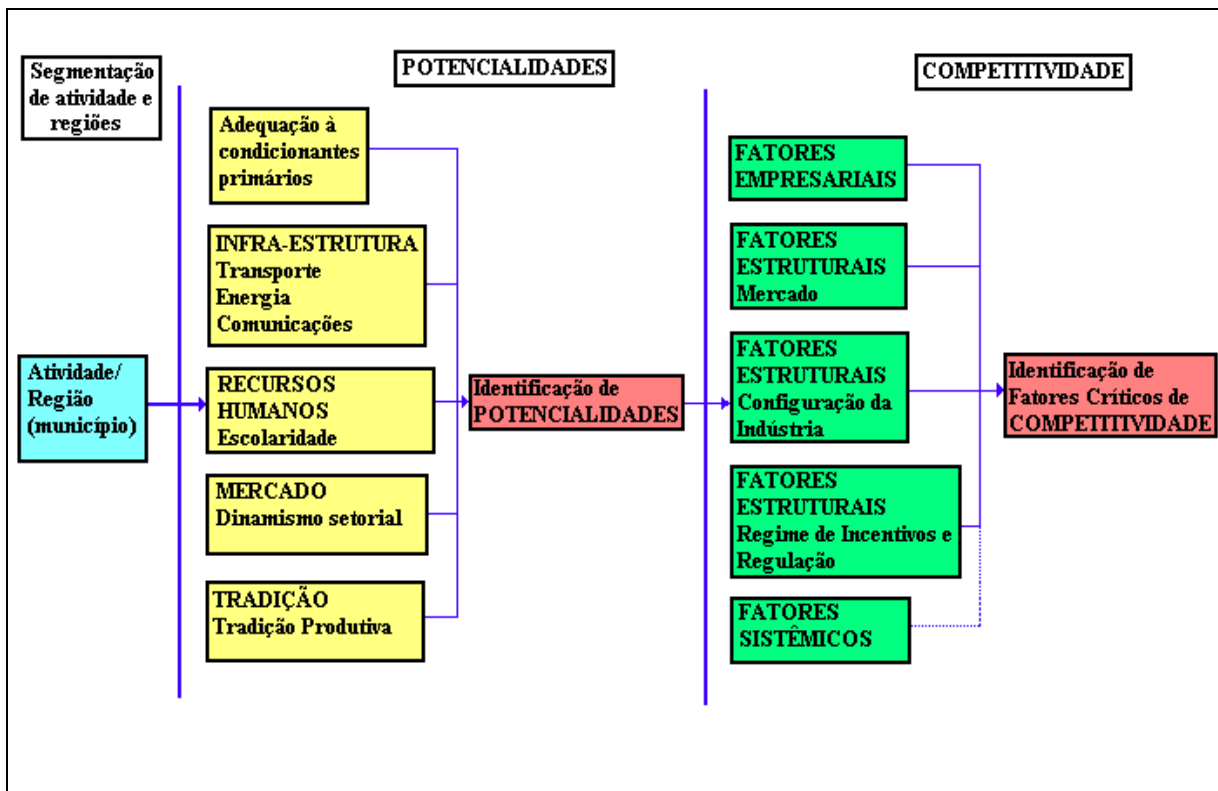
Em relação às **potencialidades**⁵ produtivas, pode-se afirmar ser este o termo mais apropriado para expressar as dinâmicas modernizantes que atingem o estado, atualmente. Caracterizado pelos dicionários consultados como “*qualidade de potencial*”, este substantivo feminino é entendido no Aurélio como algo que diz respeito à potência de alguma coisa. Essa potência, por sua vez, é algo ainda virtual, não-concreto e possível, e que pode ser estimulado por ações diversas. Sendo assim, tal vocábulo exprime aquilo que realmente os estudos implementados deveriam mencionar: a potencialidade de dada atividade (associada às suas tendências conjunturais, micro e macro) em determinado lugar estará diretamente ligada às potencialidades de dado território se houver, efetivamente, a aplicação de força real (política, por exemplo) para que “*o seu planejamento torne concreta e atingível a potencialidade espacial*”.

⁵ Sem aprofundar a discussão em torno das correntes tradicionais da Ciência Econômica, o vocábulo **potencialidade** está diretamente associado às Leis de Vantagens Comparativas, defendidas por David Ricardo (1772-1823), no início do século XIX, e que são referência mundial dos estudos da economia clássica. Sem valorizar o comércio em demasia e a manutenção dos preços naturais dos produtos, o teórico citado desenvolve um raciocínio bastante significativo para a Geografia, pois associa a qualidade de vida nos lugares (Estados Nacionais) ao valor da terra agrícola, ao crescimento demográfico e às dinâmicas tecnológicas advindas das transformações técnico-científicas do homem Ocidental, o que tornou as suas teorias um referencial vital para sustentar e/ou reconstruir as teorias clássicas de População, como as defendidas por Thomas Malthus, seu contemporâneo. A Lei de Vantagens Comparativas, muito utilizada nos estudos espaciais de Economia Regional, é uma das principais referências da Geografia do século XX para a explicação das **potencialidades regionais** para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos espaços regionais no mundo capitalista. Para um maior aprofundamento do pensamento ricardiano e as críticas em torno dessa teoria clássica da economia industrial, recomenda-se a dissertação de mestrado sobre Economia da Indústria e da Tecnologia, “*A Controvérsia Recente Sobre o Pensamento de David Ricardo*”, defendida por Ronaldo Fiani, no Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, em 1989, e a leitura no *Cambridge Journal of Economics* do texto “*On interpreting Ricardo: a reply to Sraffians*”, de Peach, T. 1998; 22: 597-616.

Baseado nessa percepção semântica, o discurso das potencialidades nos estudos selecionados torna compreensível o planejamento de um determinado potencial, já que respostas concretas para as verdadeiras capacidades do território fluminense em atingir seus potenciais só podem ocorrer através de estímulos materiais, humanos e políticos concretos. E este fim, nas políticas em andamento, seria o Desenvolvimento sócio-espacial. A perspectiva do planejamento pela potencialidade fica ainda mais evidente no dicionário Michaelis. Nele, o vocábulo é interpretado como “*a capacidade de trabalho em relação aos fatores que facilitam ou dificultam determinada ação*”. Assim sendo, os estudos de Potencialidades Econômicas e Competitividade possibilitariam diagnoses e prognoses sobre o território fluminense, caracterizando, inclusive, a clareza dos critérios das agências que fizeram o levantamento (a Teoria das Vantagens Competitivas, de Michael Porter, e um *framework* analítico proposto por um grupo de pesquisadores)⁶.

Figura 1 – Síntese da Abordagem Metodológica dos Estudos de Potencialidades e Competitividade nas Regiões Administrativas definidas pela FIRJAN, para o Estado do Rio de Janeiro.

⁶ Os pesquisadores são João Carlos Ferraz, David Kupfer e Lia Haguenaer, autores do livro **Made in Brazil – Desafios Competitivos para a Indústria**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1995. Nos estudos de potencialidades foi introduzido o conceito moderno de competitividade, que realça a importância da estratégia empresarial como um elemento determinante da geração e manutenção de vantagens competitivas (Potencialidade Econômicas e Competitividade, 1998:11). Como condicionantes das potencialidades, com base nos estudos de Michael Porter, foram selecionados: *infra-estrutura* (transporte, energia e comunicações), *recursos humanos* (escolaridade), *tradição* (tradição produtiva) e o *mercado* (dinamismo); Como fatores críticos de competitividade, com base no *framework* dos pesquisadores citados anteriormente, os estudos selecionaram: *fatores empresariais*, *fatores estruturais* e *fatores sistêmicos* (Potencialidades Econômicas e Competitividade, 1998).



Fonte: *Potencialidades Econômicas e Competitividade – Região Noroeste, abril/maio 1998, p.11.*

A partir dos estudos de potencialidades, uma expressão passou a ser comum nos discursos técnicos para a classificação de determinada região: a **vocação regional**. Esta utilização errônea do vocábulo para os “fatos territoriais” se justifica pela própria semântica da palavra. Nos dicionários consultados, o substantivo está associado à predestinação, escolha, aptidão ou ao talento. Essas concepções dão uma naturalização das atividades aos territórios, o que por si só já seria suficiente para que não fossem admitidas as acepções anteriores (*alternativa e potencialidade*), pois dá ao espaço escolhas e decisões próprias, ou seja, uma situação nata de ação que nega, minimamente, a divisão do trabalho nos territórios. A percepção de que os espaços regionais fluminenses têm vocações renega a história de construção sócio-espacial e, portanto, deve ser rechaçada. Uma possível explicação para a confusão classificatória identificada está no fato do vocábulo estar associado aos condicionantes de potencialidades utilizados nos trabalhos, como visto na nota de referência da página anterior. Dentre eles e em destaque está o condicionante *tradição*, equivocadamente confundido com vocação, o que é inadmissível, já que o condicionante significa história pois é “*conhecimento e prática resultante de transmissão oral ou de hábitos inveterados, além de ser recordação e memória*” (Dicionário Aurélio, 2004), enquanto que o vocábulo classificatório de regiões (municípios com “vocação” fruticultora ou “vocação” industrial) é biologicamente construído, o que se contrapõe frontalmente à definição anterior.

O cuidado com a semântica das palavras precisa ser grande, pois a caracterização pelo discurso técnico de que o Noroeste fluminense é uma “região vocacionalmente fruticultora”, fez com que as atuais políticas públicas estaduais utilizassem o discurso técnico para legitimar as suas ações espaciais, justificando-as “pela inexorabilidade da fruticultura nos espaços regionais fluminenses”. Com a Modernização das atividades frutícolas no estado em andamento, há um dispêndio enorme de recursos que podem não gerar os resultados esperados e, se assim for, as atividades planejadas tornar-se-ão mais uma alternativa já que podem não corresponder às reais potencialidades regionais, deixando para mais adiante, numa perda preciosa de recursos, aquilo já poderia ter sido feito há muito: a ação pública efetivamente estimulante das verdadeiras potencialidades regionais do estado do Rio de Janeiro.

Se o condicionante tradição, nos estudos focados, fosse considerado sob uma outra perspectiva de Modernidade, o Noroeste fluminense deveria ter sido considerado uma região potencialmente capaz de desenvolver um pólo fruticultor de mesa no estado do Rio de Janeiro. Porém, entendendo a “natureza modernizante” das políticas públicas para a fruticultura no estado - somente atividades que estejam fortemente ligadas aos capitais agroindustriais deverão ser estimuladas para a criação do “novo” Rural fluminense – dificilmente essa potencialidade será desenvolvida.

Apesar desta linha de deliberação política e técnica, acredita-se que, potencialmente, a fruticultura de mesa possa ser montada de maneira significativa no contexto espacial fluminense, face às características técnicas mostradas nos estudos de Potencialidade; porém, o sucesso de tal empreendimento num contexto de Modernidade só será atingido se os chamados fatores secundários passarem a ser entendidos como primários ou básicos, como analisados anteriormente, para que esta atividade não se torne mais uma alternativa, mantendo-se a insustentabilidade das atividades desenvolvidas no Rural do Rio de Janeiro.

A força dos discursos institucionais e científicos para a implementação da Modernidade no espaço Rural fluminense é um fato indiscutível e, assim sendo, a natureza deles precisa ser cautelosamente considerada para que se identifique se podem atingir, efetivamente, os grupamentos locais e não-locais que irão legitimá-los. Para tanto, as políticas implementadas pelos governos estaduais fluminenses precisam ser conhecidas para que se tenha a dimensão institucional dos caminhos trilhados, mais recentemente, que consolidem, definitivamente, o Moderno no Rural do estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

Almeida, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

Alves, A. F. e Magina, M. A. *A Integração do Estado do Rio de Janeiro ao CAI: Alternativas Possíveis*. **Anais do 10º Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Teresópolis (RJ), IGEO/UFRJ, vol.1,1990. p.20-30.

Andrade, M. A. A. *Transformações em curso no perfil econômico e sócio-espacial de cidades de pequeno porte: o exemplo de Bom Jesus do Itabapoana*. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 2001.

Araújo, P. F. e Schuh, G. E. (Coord.). **Desenvolvimento da Agricultura - Natureza do Processo e Modelos Dualistas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

Ávila, M. T. *Qualidade e Produtividade na Administração Pública: uma reflexão para um futuro imediato*. In **Boletim de Economia Fluminense**, Fundação CIDE/SEPDET/UFF, Ano III, nº 09/setembro/2002. p.13.

Balança Comercial Brasileira. novembro de 2003. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo/SECEX/FUNCEX. 134p.

Baumann, R. *O Brasil nos anos 1990: uma economia em transição*. In Baumann, R. (org.) **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. p.11-54.

Becker, B. K. *Elementos para construção de um conceito sobre gestão do território*. In **Cadernos LAGET**, nº 1. UFRJ/IGEO, Rio de Janeiro, 1988.

Boletim de Conjuntura da FIDERJ/SECPLAN – **Oportunidades Agroindustriais: Localização e Identificação. Produtos selecionados (caju, goiaba, laranja e limão)**. Rio de Janeiro, junho de 1978. 168p.

Boletim Informativo **Informação & Análise de Mercado**. Rio de Janeiro-SEAAPI-Rio. Ano I, nº 01, jan. 2003.

_____. Rio de Janeiro-SEAAPI-Rio. Ano I, nº 02, fev. 2003.

_____. Rio de Janeiro-SEAAPI-Rio. Ano I, nº 2, fev. 2003 (Edição FRUTAS).

Brandão, A. S. P. *O Pólo de Fruticultura Irrigada no Norte e Noroeste Fluminense*. In **Revista de Política Agrícola**, Ano XIII, nº 2 – abr./mai./jun. 2004. p.78-86.

Brito, M A. e Innocencio, N. R. *Organização do Espaço Agrário no Estado do Rio de Janeiro*. In **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 50 (3): 85-119, jul./set. 1987.

Broggio, C., Droulers, M. e Grandjean, P. *A Dinâmica Territorial da Cafeicultura Brasileira — Dois Sistemas de Produção em Minas Gerais*. In **Revista Território**, nº 6, jan./jun., 1999. Rio de Janeiro: LAGET/Garamond, p. 73-92. Becker, B. K. *O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo*. In **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1982.

Considera, C. e Melo, H. *Industrialização fluminense — 1930/1980*. In **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, vol.1(3), mai./ago.,1986.

Corrêa, R.L. *Gestão do Território — Reflexões iniciais*. **Cadernos LAGET**. Rio de Janeiro, IGEO/UFRJ, nº 1, 1988. p.7-12.

Coutinho, L. e Ferraz, J. C. (orgs). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. São Paulo: UNICAMP/Papirus, 1994.

Davidovich, F. R. *Nota para Estudos de Gestão do Território*. **Cadernos LAGET**. Rio de Janeiro, IGEO/UFRJ, nº 1, 1988:13-16.

_____. *Estado do Rio de Janeiro: singularidade de um contexto territorial*. In **Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR**, 1999.

Decisão/Rio de Janeiro — Investimentos no estado entre 1997/1999. FIRJAN/CIRJ. 27p.

Dias, G. L. e Amaral, C. *Mudanças Estruturais na Agricultura Brasileira, 1980-1998*. In Baumann R. (org.) **Brasil, Uma Década em Transição**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999. p. 223-253.

- Ferraz, J. C., Kupfer, D. e Haguenaer, L. **Made in Brazil – Desafios Competitivos para a Indústria**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1995.
- Fiani, R. *A Controvérsia Recente Sobre o Pensamento de David Ricardo*. **Dissertação de Mestrado** em Economia da Indústria e da Tecnologia. Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 1989.
- FIRJAN/Cia. de Promoção Agrícola. **Estudo de Viabilidade de um Pólo de Fruticultura na Região Norte-Noroeste Fluminense**. Rio de Janeiro, agosto 1998. 29p.
- Galvão, M.C. **A propósito do espaço agrário e suas articulações com a Economia Urbano-Industrial**. Instituto de Geociências, UFRJ, 1986.
- _____. *Rio de Janeiro - Contradições e Ajustes de um espaço desigual*. **Revista Rio de Janeiro**, 11(3), Niterói, mai/jun. 1986.
- _____. *Gestão do Território - Perspectivas para um Projeto sobre o Espaço Agrário Fluminense*. In **Cadernos LAGET**. Rio de Janeiro, IGEO/UFRJ, nº 1, 1988. p.17-24.
- _____. *Espaços de Gestão diversificada*. In **Anais do 10º Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Teresópolis (RJ), IGEO/UFRJ, 1990. p.82-101.
- Garcia, E. *Algumas Considerações sobre a Evolução Recente do Setor Agroalimentar Fluminense*. In Carneiro, M.J. *et alii*. **Campo Aberto. O Rural no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- Graziano da Silva, J. **Modernização dolorosa: Estrutura agrária, Fronteira agrícola e Trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996.
- Iglesias, R. *Evolução da Negociação Agrícola na Rodada Uruguai do Gatt*. In **Textos Para Discussão**, nº 52. Rio de Janeiro: SECEX/FUNCEX, 1991.
- Informativo Participação Grupo MPE**. Ano XI – nº 18 B, 1º semestre de 2000.
- Informes do Pólo de Fruticultura do Norte / Noroeste do Estado do Rio de Janeiro**. FIRJAN/SEBRAE-RJ: RJ. Ano 4, nºs 1, 2, 3 e 4. 2004.
- Limonad, E. *A Urbanização do Território: o caso do interior fluminense*. In **Revista Fluminense de Geografia**, nº2, p. 19-27. Niterói, RJ: UFF/AGB, 1999.
- Mendonça, C. P. *Extensão Rural: Forte Instrumento de Política Social*. In **EMATER-Rio em Revista**. Ano 1, nº 02 – Dezembro/Janeiro 1996. p.17.
- Moreira, R. **O Capital Agroindustrial e a Pequena Produção Familiar**. Rio de Janeiro, EIAP/FGV, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1981.
- Paulillo, L. F. **Redes de Poder & Territórios Produtivos – indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Carlos, SP: Editora da UFSCar, 2000.
- Peach, T. *On interpreting Ricardo: a reply to Sraffians*. **Cambridge Journal of Economics**, 1998; 22: 597-616.
- Plano de Negócio do Pólo Agroindustrial Associado à Fruticultura Irrigada na Região Noroeste Fluminense - **Sumário Executivo**. FIRJAN/Cia. de Promoção Agrícola. Brasília, julho de 1999. 40p.
- Políticas Municipais de Incentivos no Estado do Rio de Janeiro**. Diretoria Operacional Técnica e Gerência de Promoção Industrial e Novos Investimentos. FIRJAN, 2ª ed., junho de 1998. 67p.
- Pólo Agroindustrial Associado à Fruticultura Irrigada na Região Noroeste Fluminense — **Plano de Negócio/Sumário Executivo**. FAERJ / SEBRAE / FIRJAN. Brasília, julho 1999. 40p.
- Potencialidades Econômicas e Competitividade no Rio de Janeiro — Região Noroeste**. Fundação Getúlio Vargas / SEBRAE-RJ / FIRJAN. Rio de Janeiro, abril/maio 1998. 47p.

Potencialidades Econômicas e Competitividade no Rio de Janeiro — Sumário Executivo. Fundação Getúlio Vargas / SEBRAE-RJ / FIRJAN. Rio de Janeiro, abril/maio 1998. 66p.

Porter, M. **Competitive Strategy.** Free Press: New York, 1980.

Ribeiro, M.A. *Considerações sobre o Espaço Fluminense: Estrutura e Transformações.* In Marafon, G e Ribeiro, M.F. (orgs) **Estudos de Geografia Fluminense.** Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda, 2002. p. 13-26.

Rua, J. *Urbanização em áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro.* In Marafon, G., Ribeiro, M. F. (orgs) **Estudos de Geografia Fluminense.** Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002. p 43-70.

Silva, A. C. P da. *Gestão e Território: As Práticas Corporativas de uma Empresa na Gestão do seu Território —o caso da Fleischmann & Royal no Noroeste Fluminense.* **Dissertação de Mestrado.** Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 1996.

_____. *Cooperativismo e Autonomia: pela transformação das práticas e dos objetivos associativistas no espaço rural brasileiro.* In **Revista do Departamento de Geografia da UERJ.** Rio de Janeiro, nº 12 – 2º semestre – 2002. p.33-46.

Soja, E. **Geografias Pós-Modernas: reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Sorj, B. *et alii.* **Camponeses e Agroindústria.** In **Capitais, Frangos e Camponeses.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

Souza, M. L. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.* In Castro I. E. *et alii.* **Geografia: Conceitos e Temas.** RJ: Bertrand, 1995. p.77-116.

_____. *A Teorização sobre o Desenvolvimento em uma Época de Fadiga Teórica, ou: Sobre a Necessidade de uma 'Teoria Aberta' do Desenvolvimento Sócio-Espacial.* In **Revista Território,** nº 1, jul/dez, 1996. Rio de Janeiro: Garamond.

Site da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER-Rio

(<http://www.emater.rj.gov.br>), visitado em 07 e 14/10/2003 e 15/03 e 22/04 de 2004.

Site da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior do Estado do Rio de Janeiro – SEAAPI-Rio

(<http://www.seaapi.rj.gov.br>), visitado em 14/05, 21/07, 30/07, 07/09 e 04/10/2004.

Site da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN (<http://www.firjan.org.br>), visitado em 01/04 e 04/06/2004.

Site Bibliotecas do UOL

(<http://www.uol.com.br/aurelio/>) e

(<http://www.uol.com.br/michaelis/>), visitado em 15/05/2004